



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
Comissão de Educação, Esporte e Lazer

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2021.

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, se iniciou, sob a Presidência do Vereador Gelmires da Costa Gomes Filho, a Audiência Pública da Comissão de Educação, Esporte e Lazer da Câmara Municipal de Armação dos Búzios, com o tema Ensino Médio. Estavam presentes os vereadores Nilton César Alves de Almeida, Vereador Vice-Presidente da Comissão e Victor de Almeida dos Santos, Vereador Membro. Estavam presentes também os vereadores Rafael Aguiar Pereira de Souza, Raphael Amaral Lima Braga, Uriel da Costa Pereira, Adiel da Silva Vieira, Josué Pereira dos Santos e Aurélio Barros. Registraram presença também as seguintes autoridades e cidadãos: Flavio Serafine – Deputado Estadual representante da Comissão de Educação da ALERJ (assumiu posição na mesa); Augusto Rosa – SEPELAGO (assumiu posição na mesa); Luiza Barbosa – Escola Municipal Paulo Freire (assumiu posição na mesa); Isabela – Representante de Alunos Paulo Freire (assumiu posição na mesa); Carla Natália – Secretária de Educação (assumiu posição na mesa); Isabel Kallman – Promotora de Justiça do Ministério Público (assumiu posição a mesa); Thiago Ferreira – Procurador do Município; Raquel Rocha Freitas – SERVBÚZIOS; Alexandre Martins – Prefeito de Armação dos Búzios; Maria Luisa Martins – CME; Cristiane – SEDUC (assumiu posição na mesa); Olívia Garcia – Por Nossos Filhos; Monica Casarin – Associação de Moradores e Caseiros da Ferradura; Joelma Bastos – mãe de alunos; Juliana Campos – aluna do Paulo Freire; Maria Luiza – Conselho Municipal de Educação; Quenia Rocha – educadora. O sr. Presidente explanou a todos os presentes quais seriam os ritos observados na audiência pública e passou a palavra ao Deputado Estadual Flávio Serafine, que agradeceu a Câmara dos Vereadores de Armação dos Búzios pela recepção e convite para a realização de uma Audiência Pública em conjunto sobre o tema Ensino Médio e do processo de estadualização do Colégio Municipal Paulo Freire. Disse que não tem dúvidas sobre a preocupação da população em garantir um ensino médio de qualidade, com acesso e permanência. O sr. Presidente passou a palavra à Secretária Municipal de Educação. A sra. Carla Natália se apresentou. O sr. Presidente passou a palavra ao Vereador Vice-Presidente da Comissão. O Vereador Nilton César cumprimentou a todos presentes e reforçou a importância da Audiência Pública. Disse que esteve na Escola Paulo Freire juntamente com o sr. Presidente Gugu de Nair para conversar com a comunidade escolar. Afirmou que a Comissão de Educação, Esporte e Lazer da Câmara Municipal de Armação dos Búzios é contra a estadualização. O sr. Presidente passou a palavra ao Vereador Membro da Comissão. O Vereador Victor Santos cumprimentou a todos e falou sobre a importância da discussão do tema. Disse também a respeito da aprovação do Fundo Municipal de Educação. O sr. Presidente passou a palavra ao Vereador Raphael Braga, que também cumprimentou a todos. Disse sobre a necessidade de saber sobre o andamento do cancelamento da tratativa de estadualização do Paulo Freire. O sr. Presidente passou a palavra ao Vereador Uriel da Costa. O Vereador Uriel cumprimentou a todos e reforçou sobre a importância de dialogar sobre o tema. O sr. Presidente passou a palavra a Promotora do Ministério Público Isabel Kallman, que assumiu a mesa. A Promotora agradeceu o convite e se desculpou pelo atraso. Disse sobre a importância do diálogo porque o Ministério Público já vem trabalhando a estadualização do Ensino Médio em todo Estado do Rio de Janeiro. Reforçou que sua presença estava em nome da sociedade, da Lei e da Constituição da República, que estabelece em seus artigos a necessidade de priorização do Ensino Infantil e Ensino Fundamental pelos municípios. Disse que o município é um ente com



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
Comissão de Educação, Esporte e Lazer

menor capacidade fiscal em comparação com o Estado, que tem maior capacidade financeira em decorrência dos tributos que pode arrecadar e das transferências tributárias que ele é beneficiário, portanto tem maior capacidade de financiar o Ensino Médio. Falou também que está em contato com a Secretaria de Estado de Educação que está a disposição para prestar o serviço de Ensino Médio em Búzios na mesma qualidade em que ele vinha sendo servido. Reforçou que o município precisa priorizar os seus investimentos para garantir a universalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, que não se encontram em padrões de excelência no município de Armação dos Búzios. Portanto, é um processo que vem da Lei e um processo que buscamos para melhoria do Ensino como um todo. O sr. Presidente passou a palavra ao Vereador Adiel Vieira, que assumiu a mesa. O vereador cumprimentou a todos e reforçou sobre a importância da presença de todos para a discussão do tema, para que seja possível definir algo, para que não volte a ocorrer o mesmo caso em datas futuras. O sr. Presidente passou a palavra ao Vereador Josué Pereira. O vereador cumprimentou a todos. Posicionou-se contra a estadualização e se colocou à disposição para fazer o necessário para que a administração do Paulo Freire continue com a Prefeitura. Reforçou a fala do Vereador Dida Gabarito (Adiel Vieira). O sr. Presidente passou a palavra ao representante do SEPELAGOS. O Professor Augusto Rosa cumprimentou a todos. Iniciou sua apresentação falando sobre a importância do debate. A não obrigatoriedade do Ensino Médio, que só é ofertado em duas escolas, não significa que ele não pode ser feito. Muito menos de que por causa de duas escolas não tenha oferta de creche e ensino fundamental. Cobrou transparência e planejamento nos recursos públicos da educação. O sr. Presidente registrou a presença do Procurador do Município, o advogado Thiago Ferreira. Destacou novamente o objetivo da Audiência, tratar sobre a estadualização da Escola Paulo Freire. O sr. Presidente passou a palavra a aluna Isabela, que cumprimentou a todos e se apresentou. Falou sobre a necessidade de debate e ouvir os alunos da escola, que seriam diretamente afetados pela estadualização. Disse que espera uma decisão para que não seja necessário repetir o debate. O sr. Presidente passou a palavra para a professora representante do Paulo Freire. A sra. Luiza Barbosa cumprimentou a todos, destacou todas as instituições presentes e se apresentou. Disse à Promotora de Justiça que a letra da Lei, aplicada de forma fria, não é justiça. Falou que a quantidade de organizações presentes contra a estadualização se dá pelo motivo de cuidarem do colégio, frisou que a o Paulo Freire possui a maior média de ENEM da Região do Lagos porque a comunidade escolar cuida do colégio, e cuida porque é municipal. O sr. Presidente passou a palavra a Professora Raquel Rocha, representante do SERVBÚZIOS. Raquel cumprimentou a todos e se dirigiu a Promotora Isabel, questionando se ela seria a única responsável pelo fechamento do Ensino Médio Municipal. Falou que as competências em lei, de que o município é responsável pela Educação Infantil e Ensino Fundamental e o Estado pelo Ensino Médio, é de conhecimento geral, porém, que não é proibido que o município ofereça o Ensino Médio. Afirmou que o município tem verba, competência e pessoal responsável para garantir o cuidado dos jovens. Raquel questionou sobre o funcionamento do processo de estadualização, e sobre como, juridicamente, pode ser feito para que ele não avance. O sr. Presidente da Comissão registrou a presença do Presidente da Câmara, Rafael Aguiar e do Vereador Aurélio Barros. O sr. Presidente Gelmires passou a palavra para a Secretária de Educação. Carla Natália falou sobre a recomendação, mediante ao fato que a LDB atribui a oferta do Ensino Médio como competência do Governo do Estado. O município de Armação dos Búzios está tomando, em regime de colaboração, uma nova unidade escolar dentro do município ofertando o terreno para a construção dessa nova unidade para uma oferta maior de vagas. Mediante a recomendação recebida do Ministério Público, foi iniciada uma conversa com o Governo do Estado para evitar



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
Comissão de Educação, Esporte e Lazer

constrangimentos futuros e foi proposto pelo município uma colaboração cessão provisória do prédio e alinharam a melhor forma de tratar do assunto. Carla disse que a secretaria se reuniu algumas vezes com o Ministério Público para falar sobre adequação de currículo, sobre como proceder em relação aos alunos e em relação as vagas. Depois disso, foi marcada uma reunião com os professores do Paulo Freire e INEFI para ver a melhor forma possível para realizar a transição. A secretária acrescenta que não conseguiram explicar como tudo aconteceria, e ficou impossível conversar sobre o assunto. Afirmou que o Prefeito da cidade, após uma manifestação realizada, assinou um termo de compromisso para a tentativa de manter o Paulo Freire como responsabilidade do município. Carla finalizou sua fala dizendo que estava presente para ouvir ideias, conversar sobre o que se pode ou não ser feito e ouvir o Ministério Público Estadual. O sr. Presidente passou a palavra a Promotora do Ministério Público. Isabel direcionou sua palavra a representante dos alunos presente na mesa, e disse que, diferentemente do que ocorreu em 2018, o Ministério estava tentando fazer um processo mais suave possível e mais legítimo democraticamente. Dirigiu sua palavra a professora Luiza Barbosa, agradeceu a tentativa de explicar o ponto de vista da comunidade e afirmou que isso não seria ignorado pelo Ministério Público. Disse que entende e concorda que a lei fria não faz justiça, porém, o caso tratado na audiência, se difere. Falou ao sr. Augusto, que conforme dito por ele, a estadualização realmente não é a solução absoluta para o problema da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, mas é um passo a mais. Afirmou que, como Promotora de Justiça, tem órgãos técnicos que a assessoram, tem acesso as informações orçamentárias do município e por meio dessas informações, o Ministério entendeu que município não pode se preocupar e dedicar todo seu pessoal ao Ensino Médio, enquanto não estiver assegurado um ensino de qualidade para as etapas iniciais de ensino. Falou sobre a evasão escolar, que está apresentando taxas altíssimas, e por isso é a etapa prioritária para o município, que é o gestor local e está mais perto das crianças. O município deve cuidar da primeira etapa da criança, e o Estado fica responsável em proporcionar o crescimento desse jovem, porque o Estado tem condições disso. Enquanto o orçamento do município não for suficiente para tudo, ele não poderá atender. A estadualização é um dos fatores, estão sendo trabalhados também inquéritos sobre evasão escolar, além de apurar a transparência do orçamento do município. Disse que o Ministério gostaria que o processo de estadualização fosse feito da forma mais democrática possível, porque ele é necessário. O município não pode continuar colocando seus servidores, que compõe o seu limite de gasto em pessoal, para desviar para um ensino que não é o prioritário do município. Isabel respondeu à pergunta da Professora Raquel, representante do SERVBÚZIOS, explicando que é um processo institucional do Ministério Público, onde ela é apenas uma representante. Disse que é representante do que a Lei e a Constituição determinam, não como letra fria, mas como realidade concreta de que o município de Armação dos Búzios não está no patamar de qualidade e quantidade de ensino que permita o município fornecer o Ensino Médio. Afirmou que o Estado tem capacidade de prestar o ensino com qualidade, basta se abrir a mudança. Disse também que o Ministério está proporcionando uma mudança que venha para melhor e que entende os anseios da população e comunidade escolar. Garantiu que continuarão com a fiscalização da qualidade de ensino no município, inclusive no Ensino Médio sob tutela do Estado, que tem condições de mantê-lo. O sr. Presidente passou a palavra ao Deputado Estadual. O Deputado Flavio Serafine se apresentou melhor, disse que é professor de sociologia da FIOCRUZ e Presidente da Comissão de Educação da ALERJ. Disse sobre a importância da indignação pela preservação da instituição de ensino, em um país onde 40% da população segue sem concluir o ensino médio. Com a pandemia o índice de evasão multiplicou, o ensino remoto não deu conta da população e o retorno vem se dando de forma insatisfatória. Falou sobre as reflexões da Promotora de



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
Comissão de Educação, Esporte e Lazer

Justiça, e que entende que a universalização da educação em todos os níveis é fundamental, inclusive da Educação Infantil. Boa parte das dificuldades encontradas no processo de ensino aprendizagem poderiam ser minimizados se tivesse uma antecipação do processo de escolarização das crianças. Tanto amenizando consequências sociais, quanto permitindo desenvolvimentos pedagógicos de forma mais precoce. Disse que entende também que é complexo se deparar com esse problema de estadualização, imaginando que o caminho seja encerrar a oferta em outros níveis, seguindo somente ao pé da letra o que está previsto na LDB. Exemplificou com o que está acontecendo na ALERJ, com as questões relacionadas ao Ensino Superior Estadual, que na LDB está designado para a União. A lei não é tão clara ao definir que a oferta do Ensino Superior só pode acontecer após esgotar as condições de oferta do Ensino Médio e Fundamental. Disse também que a escola que a Secretaria de Estado de Educação se comprometeu em construir em 2018, ainda não foi construída e só tem previsão para o final do ano de 2022 ou 2023. A estadualização do Paulo Freire seria um processo de cessão provisória do prédio para a escola funcionar enquanto a outra é construída, sem um prazo definido. Sugeriu que os problemas reais fossem enfrentados, sendo o primeiro a falta de dedicação do Estado no Ensino Médio em Búzios. O Deputado falou que o Estado está com disposição para se responsabilizar, porém sugeriu uma proposta onde a escola municipal seria preservada e ao mesmo tempo permitiria a abertura de uma ação do Estado mais efetiva na cidade, onde o Estado se comprometeria com parte do financiamento da escola municipal, o que não seria ilegal, nem contrariaria a Constituição, pois o Estado pode ter instituições conveniadas. A proposta seria uma parceria onde o Estado repassaria o valor que gasta com seus alunos do Ensino Médio para o município de Búzios na forma de um convenio. Assim, o município não compromete seu orçamento, que deve ser comprometido com a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. O sr. Presidente registrou a presença do Prefeito Alexandre Martins, que assumiu posição na mesa, e passou a palavra para a professora Luiza Barbosa. Luiza disse que a comunidade não entregará o Paulo Freire ao Estado e levantou a pauta da evasão escolar. O sr. Presidente passou a palavra ao professor Augusto Rosa. Augusto reforçou sobre transparência e fiscalização e apoiou a sugestão do deputado. Cobrou uma decisão concreta para que a mudar os governos, para que o caso não volte a acontecer, e a liberação da participação mais ativa da comunidade nas tomadas de decisão da secretaria e prefeitura. O sr. Presidente passou a palavra ao Vereador Raphael Braga. O Vereador discordou da Promotora quanto ao atendimento da demanda pelo Estado de forma eficaz. Disse que o mínimo para o investimento em educação é de 25%, tendo o município já investido mais de 35%, e que a estadualização não é a solução para a Educação Básica. Falou também sobre a crescente do orçamento municipal de 2018 a 2021, sendo o último com aumento estimado em quase 300 milhões em relação ao ano antecedente, reforçando o ponto de vista que o problema não é orçamentário. Ressaltou que, por mais que o orçamento tenha crescido nesses anos, o orçamento da educação não acompanhou o crescimento. Sugeriu que, como o problema do Ministério Público é a oferta na Educação Básica, o município assumia ao compromisso de que irá ofertar o necessário para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Foi registrada a presença do Diretor do Paulo Freire, Wagner. O sr. Presidente passou a palavra a representante dos alunos. Isabela falou sobre a realidade da escola e como os alunos se empenham para atingir a nota para ingressar nela. Questionou se o Estado capacitado é o mesmo que já administra a Escola Estadual João de Oliveira Botas, que quase não tem aulas por falta de professores, falta de luz e de água. Apresentou dados da educação na pandemia. Disse que a decisão não está sendo democrática pois a população e comunidade escolar não foi ouvida ou consultada. O sr. Presidente passou a palavra a Cristiane, representante do SEDUC. Cristiane iniciou sua fala dizendo que a SEDUC está ali para ouvir e defender



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
Comissão de Educação, Esporte e Lazer

a educação. Disse que o Estado está aberto a conversas e que tem a capacidade de administrar o Ensino Médio em Búzios. O sr. Presidente abriu para as perguntas e passou a palavra para Olivia Garcia, representante do grupo "Por Nossos Filhos". Olivia se apresentou e falou sobre sua luta pela educação. Falou também sobre a má aplicação dos recursos. Questionou sobre a demanda de vagas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e quantos nessa demanda são moradores de Búzios, quantos matriculados na rede municipal são de Búzios, e quantos são de fora. Cobrou que os outros municípios se responsabilizem pelos alunos de suas cidades matriculados em Búzios. O sr. Presidente passou a palavra a Promotora de Justiça. Isabel respondeu que não possui os dados concretos em relação ao Ensino Básico no momento. Disse que os outros municípios também estão sendo cobrados e o processo de estadualização também ocorre neles. Dirigiu sua palavra ao vereador Raphael Braga e questionou se ele possuía dados sobre a execução do orçamento que mencionou anteriormente. Falou sobre a complexidade do direito orçamentário e do investimento do Ministério para aperfeiçoamento no mesmo. Disse também sobre a diferença entre dotação e execução orçamentária, porque uma coisa é o que se prevê e outra o que se gasta. Falou sobre os royalties do petróleo e que eles não devem ser para despesas de custeio, e sim para investimentos, pois é um dinheiro que no futuro acabará. Disse que a proposta do Deputado é muito interessante, mas que, juridicamente, não é possível. Sobre a capacidade do estado em assumir a responsabilidade, a promotora informou que o Estado já faz dotação orçamentária para atender as escolas de ensino médio, já o município não tem verba suficiente para atender suas obrigações com a educação básica, então não pode investir no ensino médio. Sugeriu que ocorra um processo gradativo de transferência anual, sendo que os novos alunos irão passando para a gestão estadual, o que acarretaria em uma gestão compartilhada por alguns anos. O sr. Presidente passou a palavra a Claudeir Júnior, representante do conselho tutelar. Claudeir falou sobre a falta de vagas para matrícula do Ensino Médio o Estado, exemplificando com casos vistos no Conselho Tutelar, além de ressaltar a necessidade de construção de novas escolas no município. O sr. Presidente passou a palavra a Monica Casarin, representante da Associação de Moradores e Caseiros da Ferradura. Monica falou sobre a necessidade da população em relação a oferta do Ensino Médio e da importância da participação na elaboração do PPA, LDO e LOA. Afirmou que a comunidade não abrirá mão do Paulo Freire e que contam com o apoio do Prefeito e dos Vereadores e pediu que o Ministério Público ouça o apelo do município. O sr. Presidente passou a palavra a mãe de alunos Joelma Bastos, que fez suas considerações. O sr. Presidente passou a palavra a uma aluna do Paulo Freire, Juliana Campos. Juliana falou sobre a distância do Estado para sanar as dúvidas dos alunos, diferentemente do auxílio que o Paulo Freire recebe do município, com a presença de um corpo que assiste a comunidade escolar. O sr. Presidente passou a palavra a representante do Conselho Municipal de Educação, Maria Luiza. Maria Luiza falou sobre a quantidade de vagas atual disponibilizadas no Paulo Freire, que já não é suficiente para atender ao município. Criticou o sistema de administração de vagas, onde os que conseguem os maiores índices de notas, ficam no Paulo Freire, que é bem assistido, e os demais, que não alcançam as notas, são enviados para o Colégio Estadual João de Oliveira Botas. Afirmou que este processo não garante direito a todos. Questionou por que a população aceita que o Estado ofereça uma educação ruim, não quererem isso para o Paulo Freire e aceitarem que o Botas a receba. O sr. Presidente passou a palavra a educadora Quenia Rocha, que fez suas considerações a respeito do tema. O sr. Presidente passou a palavra ao Augusto Rosa para suas considerações finais. O sr. Presidente passou a palavra a Luiza Barbosa que concordou com as considerações do representante do SEPELAGOS e disse que o Ministério Público deve parar de enxergar só os números e enxergar a pessoas. Sugeriu



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
Comissão de Educação, Esporte e Lazer

que saíssem da audiência com uma proposta concreta, apoiando a proposta do Deputado, e com um grupo de trabalho para transformar a educação em Armação dos Búzios. O sr. Presidente passou a palavra a aluna Isabela para suas considerações finais. O sr. Presidente passou a palavra ao Vereador Raphael Braga, que fez suas considerações finais, solicitou que a população seja ouvida pelo Ministério Público e solicitou ao prefeito seriedade com o compromisso que ele assumiu para não estadualização. O sr. Presidente passou a palavra ao Vereador Dida, que fez suas considerações finais e reforçou a fala da Olivia, onde ela diz que o município acaba gastando com moradores de outros municípios. Pediu que a comunidade seja ouvida. O sr. Presidente passou a palavra ao Prefeito Alexandre Martins. O Prefeito cumprimentou a todos e disse que a discussão não era sobre fechamento de escolas e sim, sobre a estadualização, e o compromisso dele era com a comunidade. Reforçou que se hoje o Paulo Freire existe, é pela falta de assistência do Estado. Informou que o Estado está trabalhando em cima de um novo projeto de escola pra Búzios, tendo em vista que o último não se enquadrava na legislação local. Falou sobre a quantidade grande de alunos de outros municípios na rede e o problema em relação ao transporte público desses alunos. Disse que a educação não tinha fundo municipal, e foi aprovada sua criação nessa mesma semana. Falou que prefere se adequar e assumir do que deixar a responsabilidade para o Estado e possivelmente, no futuro, os professores não receberem seus salários, ou não disponibilizarem vagas suficientes aos alunos. Disse que se preocupa com o novo ensino médio, e que se ele for integral, vão faltar vagas. Falou sobre o plano de cargos e salário, que deseja instituir, mas quando o município tiver como, de fato, realizar os pagamentos. Finalizou dizendo que sua preocupação é manter os salários em dia, além disso, que se o estado assumisse e começasse a ofertar o que não te ofertado, seria excelente. Se o estado abrisse mais vagas, teríamos muito mais jovens se formando e entrando no mercado de trabalho capacitados. O sr. Presidente passou a palavra ao Deputado Estadual, Flávio Serafine. Parabenizou a comunidade presente e as estudantes que compareceram para defender sua escola, os vereadores e a prefeitura. Reforçou que a dra. Isabel tem nele um parceiro para contar dentro da Comissão de Educação do Estado e que não é contraditório buscar uma adequação do estado com o município em relação a oferta do ensino médio e no que prevê a LDB. Sugeriu que seja marcada uma reunião com o a Secretaria de Educação do Estado e do Município para propostas imediatas de ampliação da presença do estado na oferta do ensino médio em Búzios. Não há sentido o Estado assumir o Paulo Freire se a carência de vagas continuar. O estado entrar com o aluguel de um espaço onde o município oferte o ensino, para ampliar e somar esforços, foi uma sugestão dada por ele. O sr. Presidente passou a palavra a Promotora Isabel. A Promotora sugeriu um exercício, onde as pessoas presentes refletissem sobre interesse pessoal e interesse geral. Afirmou que sabia que sua presença na audiência seria desconfortável, porque o ministério está defendendo algo que a comunidade escolar não quer, mas disse que continua com as mesmas convicções e que elas são corretas. Não havendo mais nada a tratar o sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública.


GELMIRES DA COSTA GOMES FILHO
Presidente da Comissão



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
Comissão de Educação, Esporte e Lazer

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Nilton César Alves de Almeida'.

NILTON CÉSAR ALVES DE ALMEIDA
Vice-Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Victor de Almeida dos Santos'.

VICTOR DE ALMEIDA DOS SANTOS
Membro